



As desigualdades educacionais e a covid-19

*Anna Carolina Venturini | pesquisadora Afro
Marcia Lima | coordenadora do Afro
Caio Jardim Sousa | pesquisador Afro
Thayla Bicalho Bertolozzi | pesquisadora Afro*

Resumo executivo

- Neste informativo, trazemos dados a respeito das **desigualdades de acesso aos recursos necessários ao ensino à distância**, entre os grupos de raça/cor, classe e região, tais como: computadores, internet, espaço propício ao estudo em casa, entre outros. Procuramos demonstrar as disparidades já existentes na estrutura educacional brasileira quando do início da crise do novo coronavírus, de modo a indicar como tais desigualdades afetam os estudantes durante a pandemia.
- A **rede pública de ensino** é responsável pela maioria das matrículas nas etapas de alfabetização (78%), ensino fundamental (83%) e ensino médio (88%), nas quais **a maior parte dos matriculados é de pretos e pardos**.
- A crise do novo coronavírus fez com que a **internet fosse o principal meio de estudo e de disponibilização de materiais didáticos e aulas**. No entanto, o acesso à internet por meio de computador é bastante desigual, visto que a maioria dos estudantes das etapas de alfabetização (68%), ensino fundamental (67%) e ensino médio (59%) não possui tal acesso no domicílio de moradia. Há expressivas desigualdades raciais – no ensino

fundamental, 76% dos pardos e 75% dos pretos não têm acesso a computador com internet, enquanto nos brancos o percentual é de 53% – , assim como disparidades regionais – nas regiões Norte e Nordeste essas proporções são superiores a 80%.

- A proporção de **estudantes sem acesso à internet por meio de celular** diminui conforme se avança nas etapas de ensino. No ensino médio, o percentual de estudantes pardos sem acesso a celular com internet (14%) é mais do que o dobro daquele dos estudantes brancos (6%).
- Os dados demonstram que o **Brasil não comporta um ensino básico à distância público, universalizado e de qualidade.**
- No ensino superior, o **adiamento do Enem** impacta diretamente o calendário das universidades públicas, visto que grande parte aderiu ao SiSU – parcial ou totalmente – em suas seleções. Há universidades que já informaram que o Enem/SiSu não será utilizado no processo seletivo para ingresso em 2021. As mudanças nas datas e a não utilização do Enem/SiSU nas seleções poderão impactar o processo de inclusão social, racial e regional proporcionado pelas políticas de ação afirmativa nas instituições públicas de ensino superior.

Este informativo em palavras

A nuvem de palavras sintetiza os tópicos mais abordados neste informativo, considerando a intensidade de sua frequência (quantidade de ocorrências, dos termos listados, que foram utilizados ao longo do texto).



Análise

Desde a década de 1980, os estudos sobre estratificação social destacam o papel da educação no processo de mobilidade social e as diferenças inter-raciais nesse processo (Hasenbalg e Silva, 1990), bem como demonstram a existência de fortes desigualdades entre estudantes pretos e pardos (negros) e brancos na conclusão da educação básica (principalmente o ensino médio), mesmo quando controladas as condições de classe (Barcelos, 2013).

Nesse sentido, as condições de acesso, trajetória e conclusão ao e do ensino básico tornaram-se mecanismos produtores de desigualdades, pois geram impactos no acesso ao ensino superior e na inserção no mercado de trabalho. Segundo Lima e Prates (2015), notam-se mudanças nas taxas de escolarização líquida¹ no ensino fundamental e médio, considerando a raça/cor, no período de 1980 a 2010. No ensino fundamental, há uma tendência de universalização para todos os grupos de cor. O ensino médio, por sua vez, permanece desigual apesar da expansão da oferta.

Além das desigualdades de raça e classe, a compreensão das desigualdades educacionais, em especial neste contexto de pandemia, envolve alguns aspectos importantes: as diferentes condições das escolas públicas e privadas, as expressivas desigualdades regionais, assim como a estrutura domiciliar e de acesso a equipamentos que viabilizem o ensino remoto.

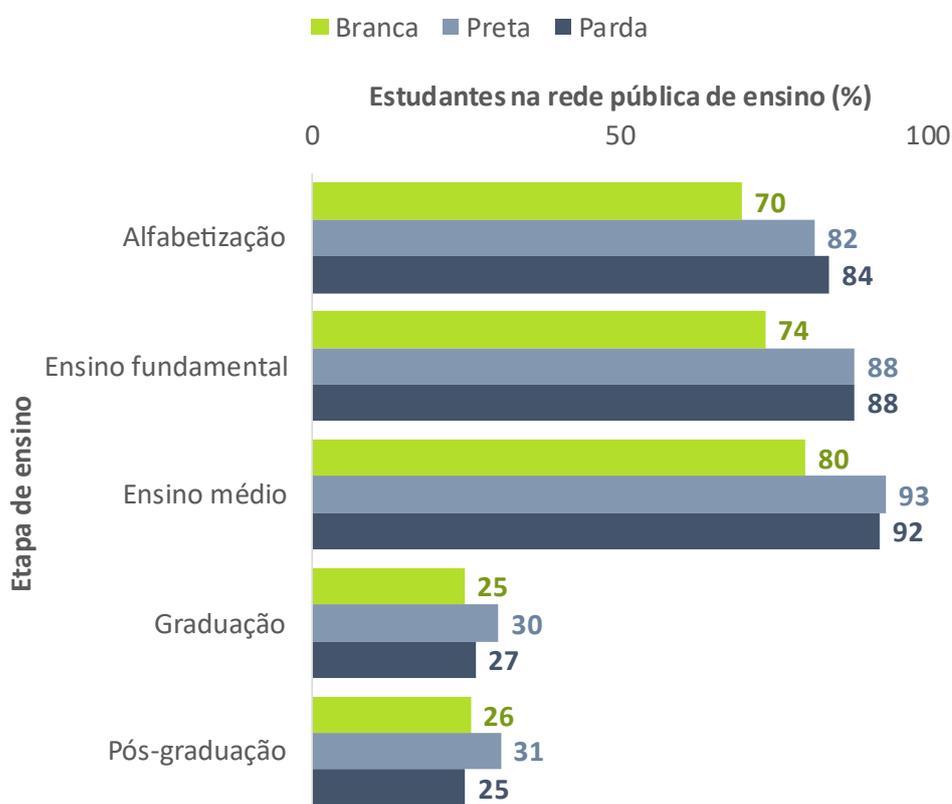
A rede pública de ensino é responsável pela maior parte das matrículas nas etapas de alfabetização (78%), ensino fundamental (83%) e ensino médio (88%) (Gráfico 1). Entretanto, na formação de nível de ensino superior (graduação e pós-graduação) o quadro se inverte: há um

¹ Taxa de escolarização líquida representa a razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista para estar cursando determinada etapa de ensino e a população total na mesma faixa etária. Para o ensino fundamental considera-se o grupo etário de 7 a 14 anos, para o ensino médio, a faixa de 15 a 17 anos.

expressivo predomínio do sistema privado, que se expandiu muito nas últimas décadas, conforme demonstram Corbucci, Kubota e Meira (2016).

Com relação à distribuição racial dos estudantes da educação básica, os dados indicam que os estudantes pretos e pardos nas etapas de alfabetização, ensino fundamental e médio estão mais presentes do que os brancos na rede pública de ensino, bem como suas proporções são mais próximas à média nacional.

Gráfico 1 → Proporção de estudantes na rede pública de ensino por raça ou cor e etapa de ensino (em %)



Fonte: Pnad Contínua Anual 2019, IBGE. Elaboração própria.

Vemos, portanto, que o sistema educacional apresenta um perfil desigual que coloca mais estudantes das regiões Norte e Nordeste e mais pretos e pardos no sistema público, principalmente na educação básica, que agrega a maioria dos estudantes dessa etapa de ensino.

A pandemia do novo coronavírus impactou fortemente o sistema educacional brasileiro em virtude das desigualdades dentro do sistema escolar, mas também em virtude das desigualdades de acesso aos recursos necessários para a continuidade dos estudos no modo remoto. O acesso à internet, a posse de computadores, celulares, televisão, além da necessidade de espaço adequado ao estudo no ambiente domiciliar, são alguns dos fatores que contribuíram para a exacerbação das desigualdades entre estudantes pertencentes a diferentes grupos sociais e raciais.

Os dados das pesquisas TIC Domicílios 2019 divulgadas pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br)² indicam que o acesso à internet nos domicílios cresceu nos últimos anos, mas há diferenças entre classes sociais e áreas urbanas e rurais. Enquanto 77% da população urbana declarou ser usuária de internet, na área rural a proporção é de 53%. Com relação à conexão, os dados apontam que 58% dos brasileiros conectados acessam a internet exclusivamente por telefone móvel, proporção que chega a 85% nas classes D/E. A conexão exclusivamente pelo celular também predomina na população negra: 65% das pessoas pretas e 61% das pardas.

Procuraremos, neste informativo, analisar algumas dessas dificuldades e mostrar que a estrutura educacional brasileira não comporta um ensino público à distância de qualidade para todos(as).

Acesso aos materiais didáticos e às aulas

O primeiro impacto diz respeito ao acesso aos materiais didáticos e aulas virtuais, uma vez que as aulas presenciais foram canceladas em todo o país no mês de março de 2020. A internet oferece uma série de recursos que contribuem para um bom desempenho educacional, como, por

² Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores/>.

exemplo, acesso a notícias, vídeos explicativos em plataformas virtuais, podcasts, documentários, testes, entre outros materiais.

No caso de estudantes do ensino médio, algumas das provas de admissão às universidades (públicas e privadas) abordam questões de atualidades, tais como questões discursivas e redações. Sem acesso a bibliotecas e jornais impressos, só resta aos estudantes acessar informações pela internet, pela televisão ou pelo rádio. Também vale destacar que hoje a maioria dos jornais tem paywall³, o que restringe o acesso aos conteúdos àqueles que têm recursos para pagar assinaturas.

A crise do novo coronavírus fez com que a internet fosse o principal meio de estudo. Muitas escolas – especialmente privadas – começaram a disponibilizar as aulas pela internet e utilizam aplicativos de videochamada para que os alunos se comuniquem com professores. No entanto, a maioria das instituições públicas de ensino não apresenta condições de transmitir suas aulas pela internet e de compartilhar os materiais didáticos (livros e apostilas). Diante desse novo cenário, é importante analisar se as novas tecnologias utilizadas nos sistemas público e privado são adequadas e acessíveis dadas as condições socioeconômicas da população e as disparidades entre as regiões.

Os dados sobre educação da Pnad Covid são um indicativo das intensas desigualdades regionais e socioeconômicas que a pandemia encontrou. De acordo com a pesquisa (Gráfico 2), os estudantes da região Norte foram os menos assistidos pelo sistema educacional, visto que receberam a menor quantidade de atividades (aulas on-line, deveres, estudo dirigido etc.) para realizar em casa. Enquanto 54,2% dos estudantes da região Norte receberam as atividades, nas demais regiões

³ *Paywall* é um sistema no qual o acesso ao conteúdo de determinado site (jornal, blog etc.) é restrito a assinantes.

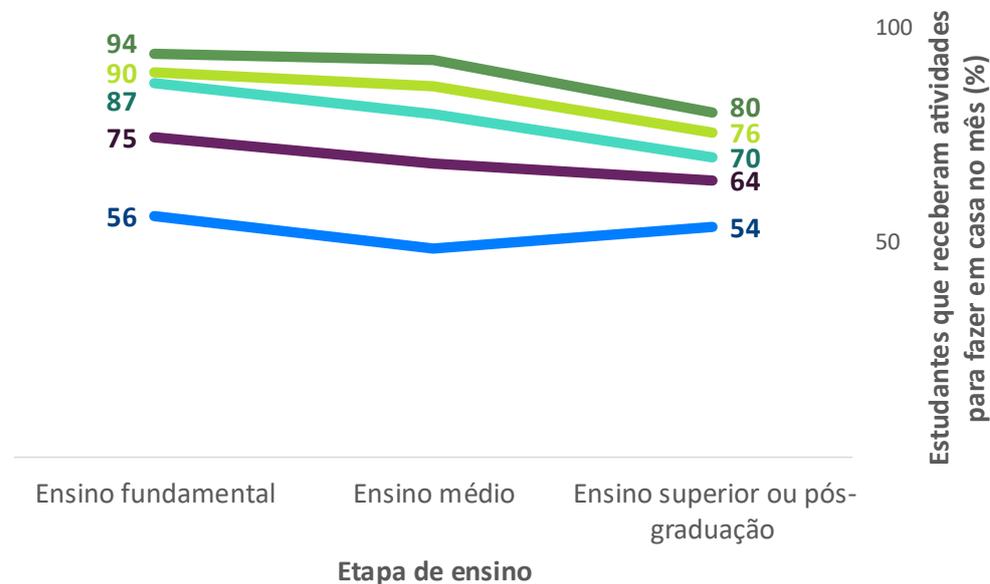
os percentuais foram muito superiores a 70%: 90,8% no Sul, 86,5% no Sudeste, 82,3% no Centro-Oeste e 71,% no Nordeste.

Também se notam diferenças regionais no recebimento de atividades pelos estudantes das diferentes etapas de ensino. Em todas as regiões, os estudantes do ensino médio receberam menos atividades em comparação com seus colegas do ensino fundamental. Na região Norte, os estudantes do ensino médio foram os que menos receberam atividades (49%), proporção muito inferior às de seus pares das regiões Sul (92%) e Sudeste (87%). O ensino superior apresentou uma menor proporção de estudantes com atividades em casa (provavelmente em virtude da suspensão das atividades em boa parte das universidades públicas), mas manteve-se o padrão de diferenças regionais.

Gráfico 2



Proporção de estudantes que receberam atividades em casa segundo a região do país e etapa de ensino (%)

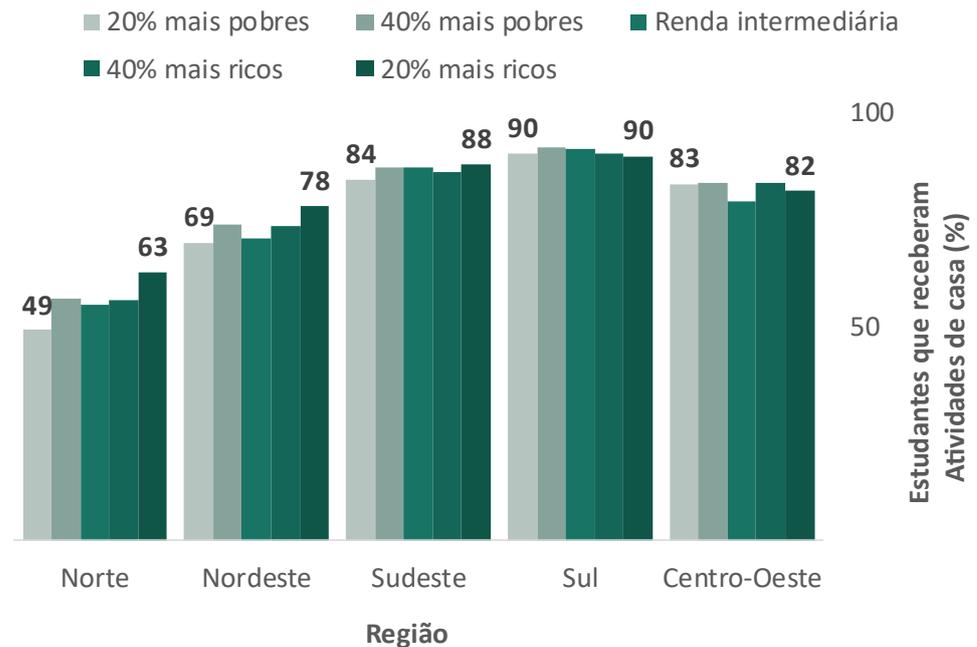


Fonte: Pnad Covid, julho de 2020, IBGE. Elaboração própria.

Analisando os dados por classe de renda per capita e região, observa-se como a questão regional tem um forte impacto nesse tema. Embora se reitere que são os estudantes mais pobres da região Norte e Nordeste os que menos receberam atividades escolares para realizar em

casa durante a pandemia do novo coronavírus, os estudantes da classe dos 20% mais ricos dessas regiões estavam em condições piores do que os estudantes 20% mais pobres das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Gráfico 3 → Proporção de estudantes que receberam atividades em casa por classe de renda per capita (%)



Fonte: Pnad Covid, julho de 2020, IBGE. Elaboração própria.

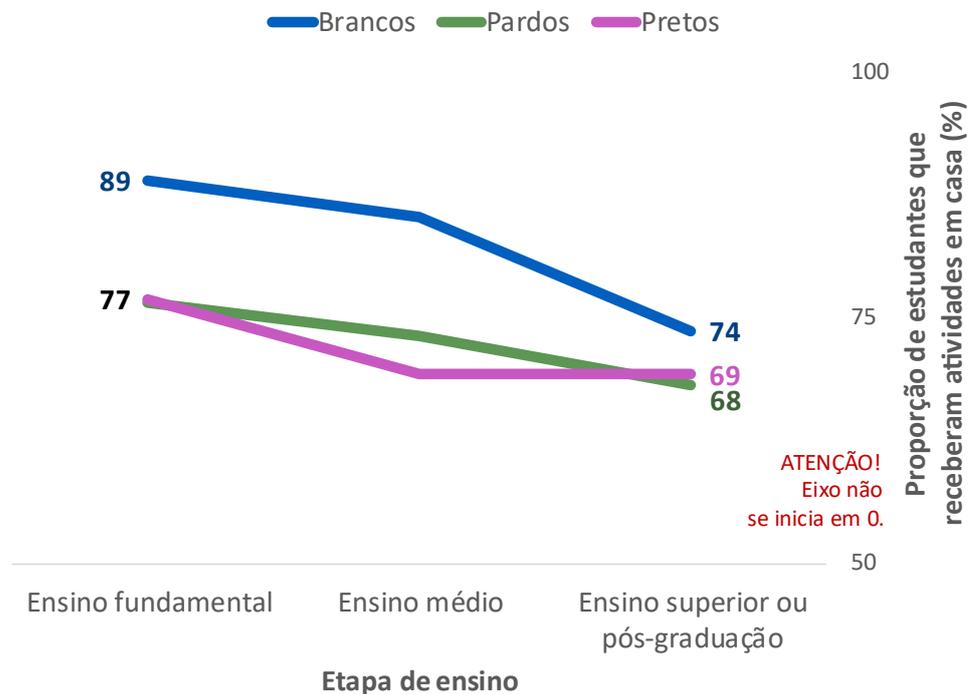
Também se destaca a diferença entre as classes de renda per capita e o recebimento de atividades escolares durante a pandemia. Os dados da Pnad Covid apontam para pouca diferença nos estratos intermediários, mas há uma disparidade significativa entre o estrato mais alto e o mais baixo em todas as etapas de ensino. Enquanto 91% dos estudantes do ensino fundamental na faixa dos 20% mais ricos receberam atividades, entre os 20% mais pobres a proporção é de 75%.

Por fim, as desigualdades regionais e socioeconômicas também se refletem nas desigualdades raciais, uma vez que as regiões Norte e Nordeste têm a maior população negra (preta e parda)⁴. Os dados da Pnad

⁴ Segundo a Pnad Covid 08/2020 (IBGE), pretos e pardos representam 78% da população da região Norte e 73,6% da região Nordeste, 61,5% da região Centro-Oeste, 47,2% da região Sudeste e 23,7% da região Sul.

Covid mostram que, entre os estudantes brancos do ensino fundamental, 89% receberam atividades educacionais durante a pandemia, enquanto entre os pretos e pardos a proporção é de 77%. Apenas no ensino superior as desigualdades em termos de recebimento de atividades se aproximam nos grupos de cor, com ligeira vantagem para o grupo branco.

Gráfico 4 → Proporção de estudantes que receberam atividades em casa por raça/cor e etapa de ensino (%)



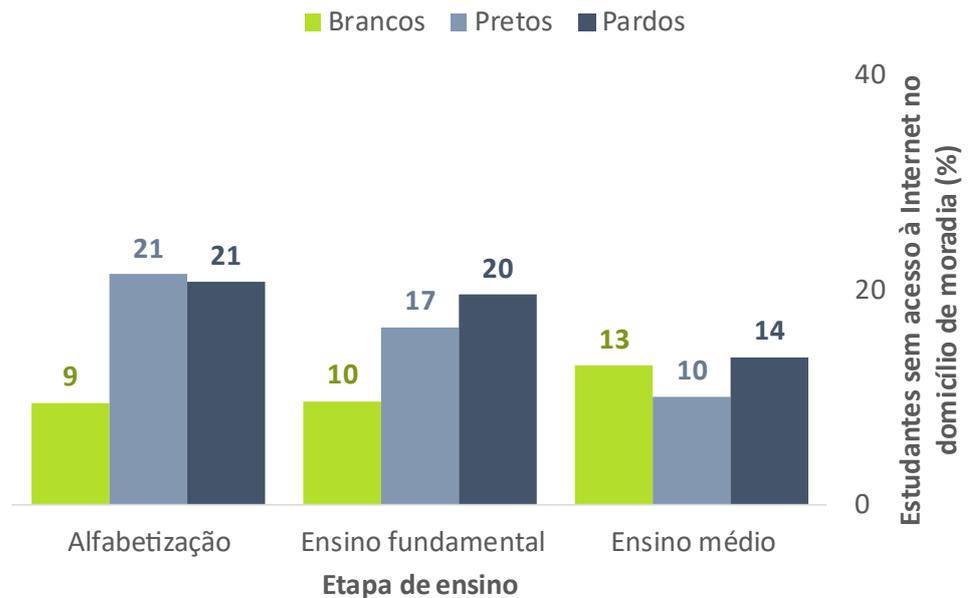
Fonte: Pnad Covid, julho de 2020, IBGE. Elaboração própria.

Acesso à internet

Os dados apresentados na seção anterior estão relacionados à oferta de atividades remotas pelas escolas e/ou instituições de ensino superior, mas também com as desiguais condições de acesso às tecnologias de informação e comunicação. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) de 2019, 16% dos estudantes na alfabetização e no ensino fundamental não têm acesso à internet em geral e, em ambos os níveis, a proporção de estudantes negros sem acesso é superior à de brancos. A desigualdade regional

continua se destacando. Nas regiões Norte e Nordeste, a proporção de estudantes sem internet é mais que o triplo daquela das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Gráfico 5 → Proporção de estudantes do ensino público e privado sem acesso à internet no domicílio de moradia, por região e etapa de ensino (em %)



Fonte: Pnad Contínua Anual 2019, IBGE. Elaboração própria.

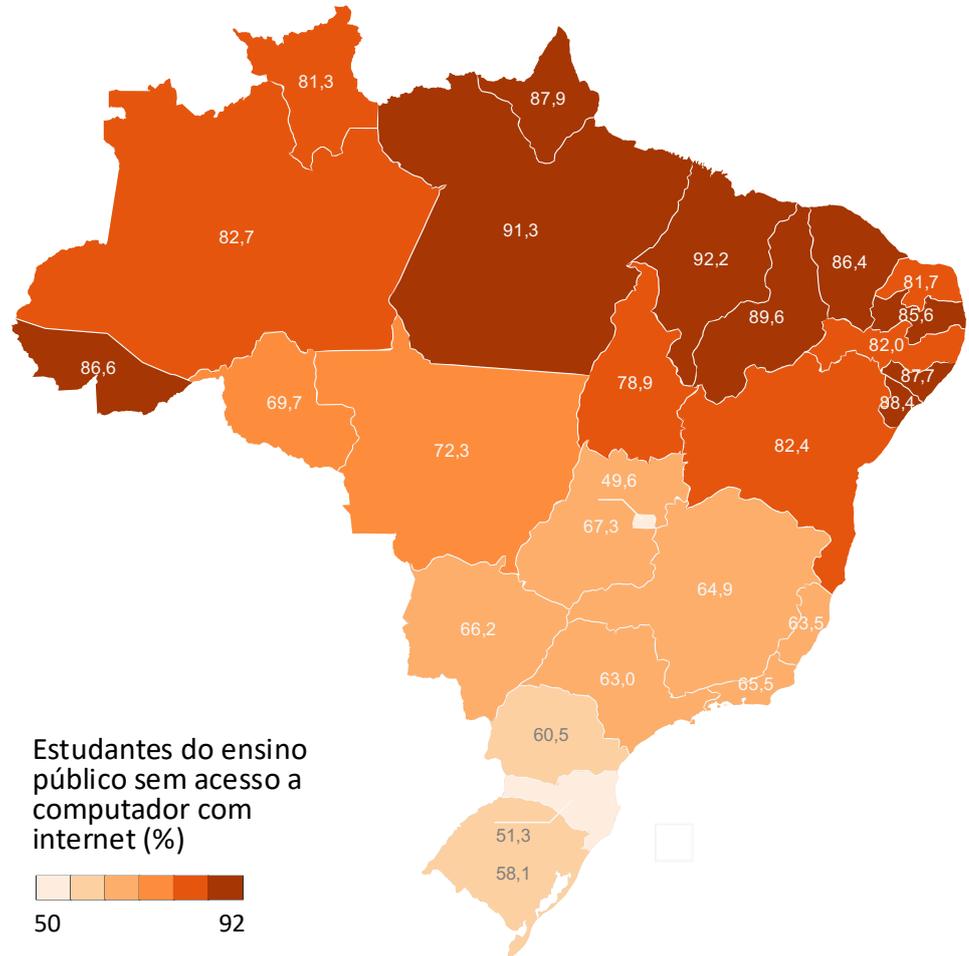
Se analisarmos o acesso à internet por meio de computador, condição mais adequada para o aprendizado à distância, a situação é ainda mais desigual. Segundo a Pnad Contínua de 2019, a maioria dos estudantes das etapas de alfabetização (68%), ensino fundamental (67%) e ensino médio (59%) não possui tal acesso no domicílio de moradia.

Novamente, as disparidades regionais se destacam, já que nas regiões Norte e Nordeste as proporções são superiores a 80%. No ensino básico público, a proporção de estudantes sem acesso a um computador com internet é de 73%.

Mapa 1



Proporção de estudantes do ensino básico público sem acesso a computador com internet, por unidade da federação (em %)



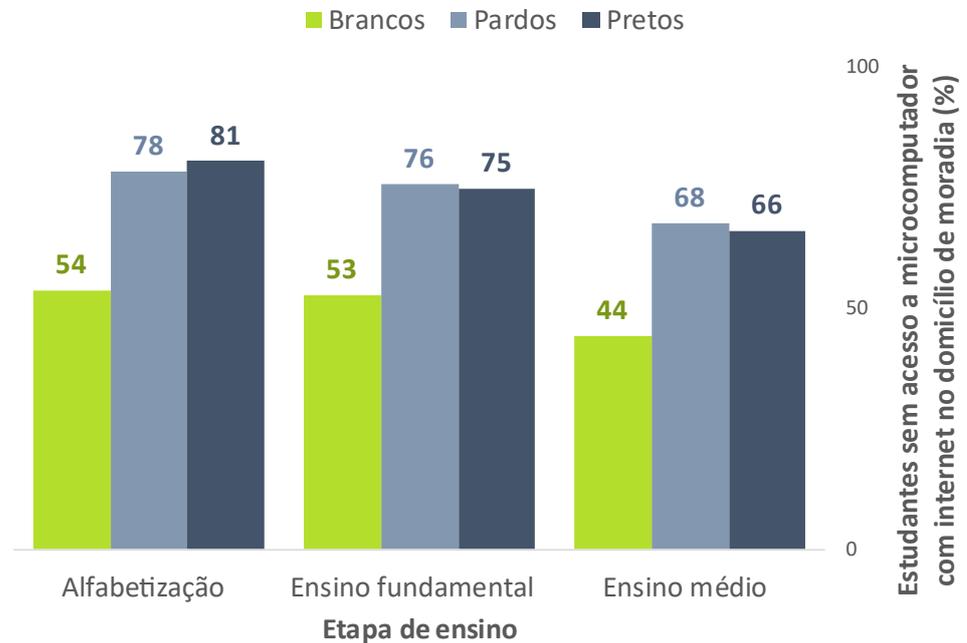
Fonte: Pnad Contínua Anual 2019, IBGE. Elaboração própria.

A desigualdade racial é marcante, já que nas três etapas do ensino básico a proporção de estudantes pretos e pardos é superior à de brancos e amarelos. No ensino fundamental, 76% dos pardos e 75% dos pretos não têm acesso a computador com internet, enquanto nos brancos o percentual é de 53%.

Gráfico 6



Proporção de estudantes do ensino público e privado sem acesso a microcomputador com internet no domicílio de moradia, por raça ou cor e etapa de ensino (em %)



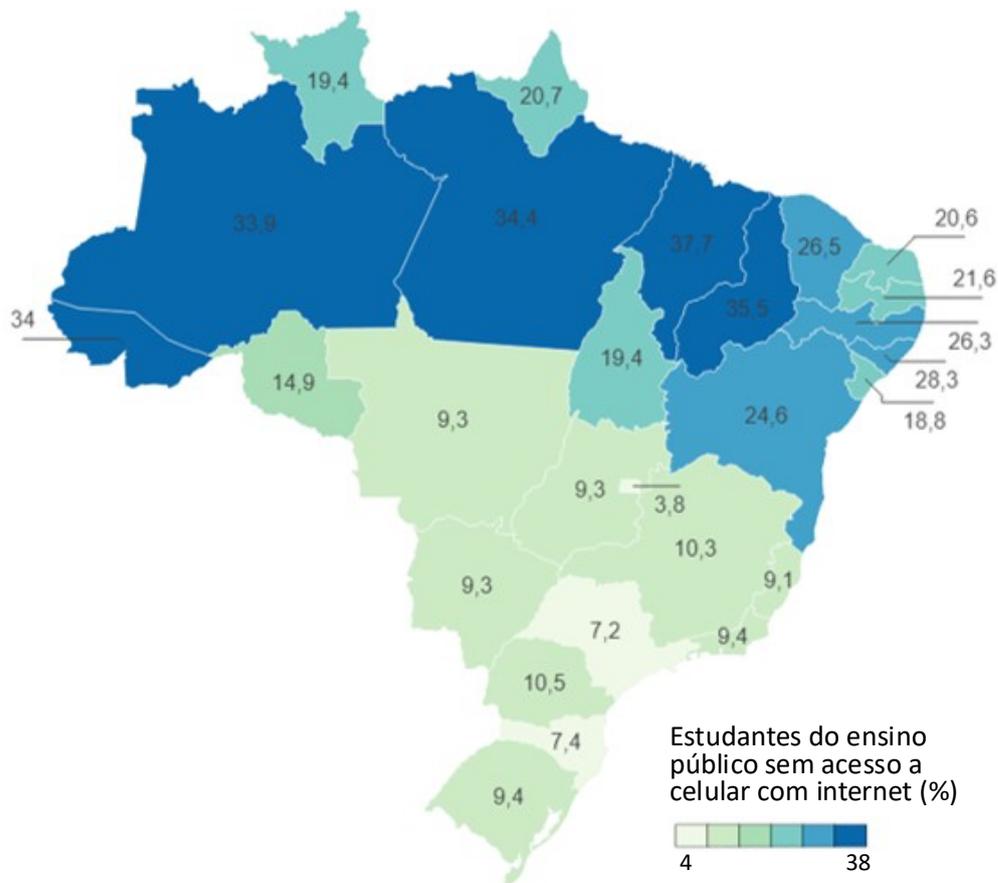
Fonte: Pnad Contínua Anual 2019, IBGE. Elaboração própria.

Ao analisarmos os dados relativos ao acesso à internet por meio de celular no domicílio, concluímos ser esse o meio mais comum de acesso dos estudantes. As proporções de estudantes sem acesso diminuem na comparação com as outras formas de acesso. Mas ainda encontramos uma proporção de estudantes que não têm acesso a internet nem por meio do celular. Essa falta de acesso é maior nas primeiras etapas de ensino (relacionando-se nesse caso com a idade): 16% na alfabetização e no ensino fundamental, 10% no ensino médio, 3% na graduação e 1% na pós-graduação. Os dados apontam que os estudantes mais pobres são os mais afetados. Entre os 20% mais pobres, 34% dos estudantes do ensino fundamental e 25% do ensino médio não têm acesso a um celular com internet, o que dificulta o acompanhamento de aulas virtuais e o acesso aos materiais didáticos (Pnad Contínua Anual, 2019).

As disparidades regionais devem ser destacadas. Enquanto a proporção de estudantes da rede pública sem acesso a celular com internet no país é de 17%, em estados das regiões Norte e Nordeste as

proporções são superiores a 30%. Ao compararmos os estados nas duas extremidades, verificamos que o Maranhão tem uma proporção de estudantes sem acesso a celular com internet (38%) que é quase dez vezes a do Distrito Federal (4%).

Mapa 2 → Proporção de estudantes da rede pública sem acesso a celular com internet, por unidade da federação (em %)



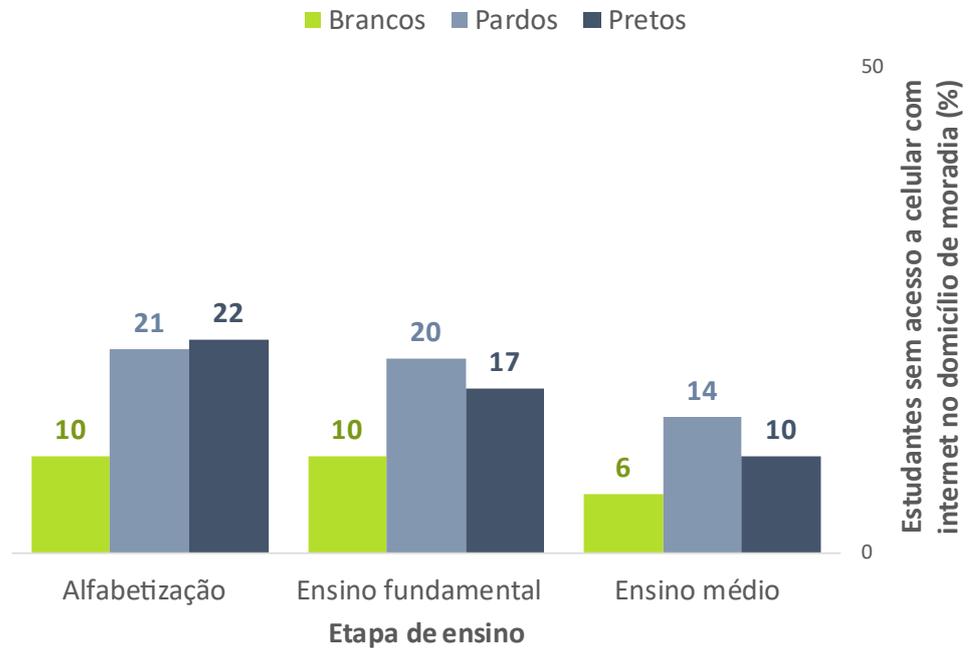
Fonte: Pnad Contínua Anual 2019, IBGE. Elaboração própria.

Ademais, nota-se uma grande disparidade entre os percentuais de estudantes pretos e pardos em comparação com os de estudantes brancos. No ensino médio, por exemplo, o percentual de estudantes pardos sem acesso a celular com internet (14%) é mais do que o dobro daquele dos estudantes brancos (6%).

Gráfico 7



Proporção de estudantes do ensino público e privado sem acesso a celular com internet do domicílio de moradia, por raça ou cor e etapa de ensino (em %)



Fonte: Pnad Contínua Anual 2019, IBGE. Elaboração própria.

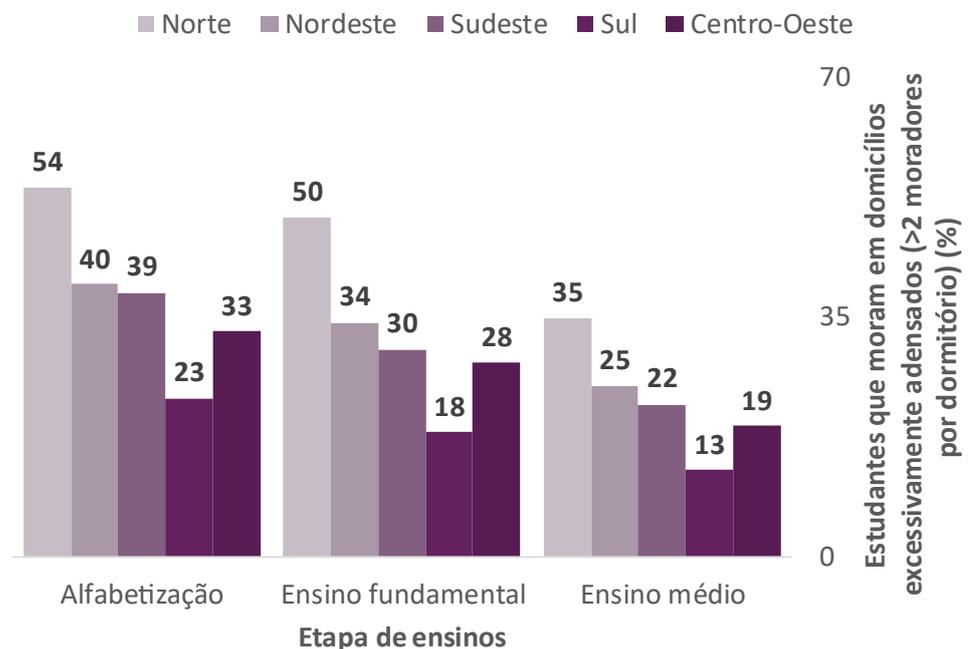
No entanto, a posse de um telefone celular não é suficiente para garantir que os estudantes tenham acesso aos conteúdos e às aulas on-line, se eles não tiverem uma conexão adequada. As plataformas de vídeo on-line consomem os pacotes de dados móveis dos celulares, que dependem da operadora e do pacote contratado. Estudantes de baixa condição socioeconômica podem não ter pacotes de dados suficientes para assistir às aulas virtuais, baixar os materiais didáticos e se comunicar com seus professores para tirar dúvidas.

Além disso, os arquivos de texto e imagem de apostilas ocupam espaços muitas vezes inexistentes em alguns aparelhos de celular ou tablets. Por fim, outro elemento essencial é a estabilidade da conexão e do sinal, uma vez que para participar de aulas virtuais é necessária uma conexão estável, algo que não ocorre em determinados locais.

Adensamento domiciliar

Os dados indicam que muitos estudantes do ensino básico residem em domicílios excessivamente adensados (com mais de 2 moradores por dormitório), bem como que há uma disparidade entre estudantes brancos e negros.

Gráfico 8 → Proporção de estudantes que moram em domicílios excessivamente adensados (>2 moradores por dormitório), por raça ou cor e etapa de ensino (em %)



Fonte: Pnad Contínua Anual 2019, IBGE. Elaboração própria.

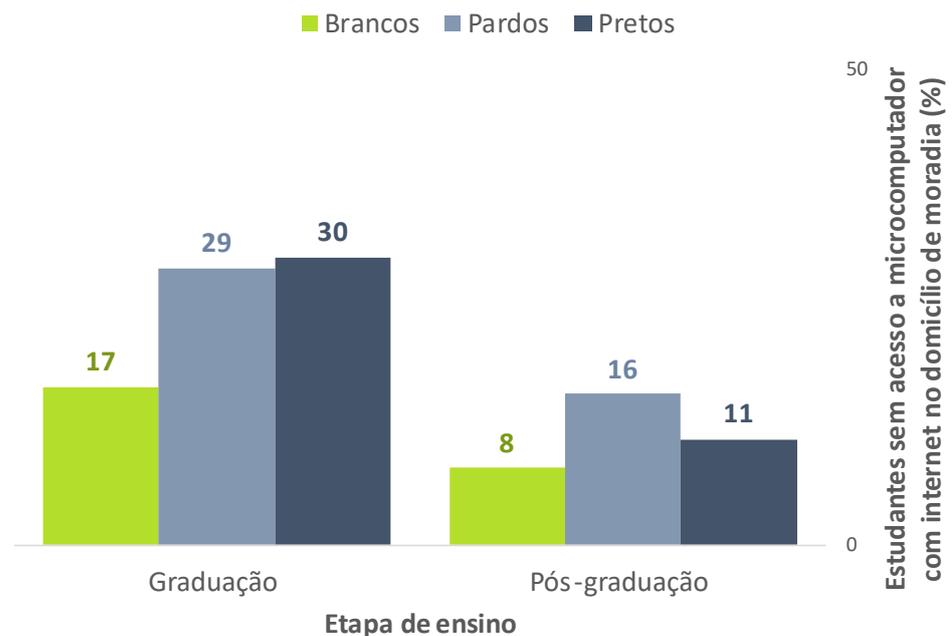
Na rede pública de ensino, a situação é ainda mais desigual, já que 93% dos estudantes não possuem um quarto exclusivo para estudo (mais do que 1 dormitório por morador), proporção que chega a 97% no estado de Rondônia.

Apesar da disponibilização de aulas por televisão, rádio e/ou internet, esses formatos estão bem longe de um modelo ideal de educação à distância (Ead) e há pouco acompanhamento dos alunos. Logo, as perdas de aprendizagem podem ser altíssimas e comprometer toda uma geração de estudantes negros e de baixa condição socioeconômica.

Ensino superior

Com relação às universidades e outras instituições de ensino superior, a maioria suspendeu as aulas nos primeiros meses da quarentena, enquanto outras transferiram as aulas para a modalidade virtual. O ensino superior demanda uma análise à parte em razão das especificidades desse nível educacional e da autonomia das instituições para decidir sobre a suspensão das aulas, bem como para tomar providências específicas para oferecer suporte aos estudantes. Os dados da Pnad Contínua de 2019 mostram que no ensino superior (graduação e pós-graduação) há um maior acesso às tecnologias necessárias em comparação com o ensino básico. Enquanto 67% dos estudantes brasileiros do ensino fundamental não possuem computador com acesso à internet, entre os estudantes de graduação esse percentual é de 23%. No entanto, a desigualdade racial neste nível educacional é marcante, já que a proporção chega a 30% dos estudantes pretos e 29% dos pardos em cursos de graduação, em comparação com 17% dos brancos.

Gráfico 9 → Proporção de estudantes sem acesso a microcomputador com internet no domicílio de moradia, por raça ou cor e etapa de ensino (em %)



Fonte: Pnad Contínua Anual 2019, IBGE. Elaboração própria.

Em vista disso, algumas universidades públicas consultaram os estudantes e passaram a disponibilizar (a) chips de internet, (b) auxílio para compra de computadores, contratação de serviços de internet, softwares e recursos, (c) empréstimo de computadores e aquisição de material acadêmico apropriado para estudantes de graduação com deficiência, bem como outros recursos para garantir que estudantes de graduação e de pós-graduação assistissem às aulas virtuais e acessassem os materiais.

Enem e o acesso ao ensino superior

As desigualdades no acesso dos estudantes do terceiro ano do ensino médio às aulas e a materiais didáticos impactam diretamente a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a competição por vagas em instituições de ensino superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), dos vestibulares, do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Tendo em vista que as aulas presenciais foram canceladas em março, cerca de 1 mês após o início do ano letivo, os estudantes irão participar de uma avaliação que cobra conhecimentos consolidados no último ano do ensino médio sem terem tido um processo de aprendizagem de qualidade nesse período.

De acordo com um [levantamento realizado pelo Instituto Unibanco](#), em 27 países afetados pela covid-19, apenas 5 mantiveram as datas das avaliações para ingresso nas universidades e 2 possuíam situação indefinida. Nos demais países, as provas foram adiadas, canceladas ou substituídas por outras formas de avaliação. Nos EUA, por exemplo, diversas universidades optaram por não utilizar as pontuações do SAT em seus processos de admissão, dado que a maioria dos estudantes não estava conseguindo realizar a prova.

O primeiro impacto diz respeito à data da prova do Enem. Inicialmente, o exame – nas versões impressa e digital – estava agendado para o mês de novembro de 2020. No entanto, por conta da epidemia e após forte pressão de especialistas da área de educação, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) – órgão ligado ao MEC e responsável pela prova – anunciou que a prova seria adiada e que a nova data seria decidida após consulta aos estudantes inscritos. Em junho de 2020, o Inep realizou a [consulta aos inscritos](#) e, no início de julho, MEC e Inep informaram que o Enem será realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2021 e os resultados deverão ser divulgados em março.

O adiamento do Enem impacta diretamente o calendário das universidades públicas, visto que grande parte delas aderiu ao SiSU – parcial ou totalmente – em suas seleções. A [Universidade Estadual de Campinas](#) (Unicamp), por exemplo, informou que o Enem/SiSU não será utilizado no processo seletivo para ingresso em 2021, o que pode ser seguido por [outras universidades públicas do país](#).

As mudanças nas datas e a não utilização do Enem/SiSU nas seleções poderão impactar o processo de inclusão social, racial e regional proporcionado pelas políticas de ação afirmativa nas instituições públicas de ensino superior. Além disso, a falta de acesso à internet e os outros obstáculos fazem com que os alunos brancos e com maior nível socioeconômico tenham uma vantagem ainda maior na competição por vagas nas universidades e nos cursos mais concorridos e de maior prestígio social (tais como medicina, direito, engenharias, entre outros).

Até a criação dos programas de cotas, os alunos negros, indígenas e provenientes de escolas públicas eram excluídos das universidades públicas, uma vez que as vagas, especialmente as dos cursos de maior prestígio e mais disputados, eram preenchidas quase em sua totalidade por estudantes brancos, oriundos de escolas particulares e com maior

renda (Heringer, 2014; Ribeiro, 1990). Pesquisas recentes indicam que as ações afirmativas tiveram um efeito positivo sobre a inclusão de estudantes negros no ensino superior (Senkevics e Mello, 2019). No entanto, o aumento do número de pretos e pardos acessando a universidade se deu de forma desigual, havendo maior participação desse grupo em áreas como Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas em comparação às áreas duras (Carvalhaes e Ribeiro, 2019; Ribeiro e Schlegel, 2015). Os obstáculos preexistentes somados às dificuldades geradas pela pandemia da covid-19 podem contribuir para que as desigualdades no ensino superior saiam da trajetória de redução que estávamos observando. É importante salientar ainda que, caso os estudantes inscritos via ação afirmativa não alcancem as notas de corte exigidas pelas instituições no processo de seleção do SiSU, as vagas serão transferidas para a ampla concorrência.

O caminho do ensino superior não é automático para a maioria da população jovem brasileira. Logo, a não aprovação no Enem e nos vestibulares poderá impactar a vida e as oportunidades de milhares de jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade.

Sobre os dados utilizados

Os microdados estatísticos processados para este boletim são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de periodicidade anual e da versão especial criada para o período da pandemia (Pnad Covid19).

A Pnad é um levantamento amostral domiciliar que coleta informações de características demográficas da população brasileira, educação, mercado de trabalho, características da habitação, posse de alguns bens duráveis e rendimentos. É a maior e mais confiável pesquisa de periodicidade anual que permite a construção de indicadores sobre as condições e a qualidade de vida da população do país (Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística, 2020). As bases de dados dos módulos de habitação e de educação – aqui utilizadas – são consultadas no site do instituto.

A Pnad Covid19 é um levantamento de coleta semanal cujos objetivos são estimar o número de pessoas com sintomas referidos associados à síndrome gripal e monitorar os impactos da pandemia da covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. Trata-se da primeira divulgação de Estatísticas Experimentais do IBGE, dentro do processo de modernização do instituto.

Como a PNADC Anual de 2020 ainda não foi realizada, processamos os dados disponíveis para o ano de 2019 sem a correção etária dos estudantes e sua projeção populacional para o ano de 2020. Não foi necessário esse procedimento porque a pesquisa é recente, e as condições de vida e características socioeconômicas dos estudantes, suas famílias e seus domicílios não experimentam significativas alterações em tão curto período de tempo.

O tratamento estatístico dos dados respeitou o desenho amostral complexo da pesquisa, e não foram disponibilizadas para o público as informações com coeficientes de variação altos o bastante para comprometer a confiabilidade do resultado. O peso utilizado na reconstrução dos estágios da amostragem considerava a pós-estratificação para os anos de 2019 na PNADC Anual e 2020 na Pnad Covid19. Para mais informações sobre a reprodução computacional dos estágios de amostragem das pesquisas amostrais do IBGE, consultar Silva et al. (2002).

A definição dos quintis de renda (pobreza e riqueza) utilizados em alguns gráficos deste informativo consideram a renda domiciliar per capita (D) calculada pelo IBGE (2020, p. 110), que desconsidera empregados domésticos que moram no domicílio e é composta das rendas habituais

dos trabalhos e provenientes de outras fontes. A alocação dos indivíduos entrevistados nas cinco classes de D seguiu os critérios do instituto, como o ordenamento prévio por estrato, unidade primária de amostragem, código de domicílio e número de ordem da pessoa, nessa ordem e de forma crescente. O nível geográfico escolhido foi todo o país, para representar a concentração regional dos estratos brasileiros de rendimento mais baixo e não haver variações do dado de uma região para outra.

Estimulando a intervenção e identificando ações

É fundamental que o MEC, em parceria com as secretarias estaduais de Educação e as universidades públicas e privadas, crie mecanismos para garantir que os estudantes de baixa renda (em sua maioria negros) tenham acesso aos conteúdos e materiais necessários. Isso deve ser feito levando em consideração os diferentes tipos de acesso possíveis – computador, celular, televisão e/ou rádio – e as diferenças regionais existentes.

Abaixo, seguem exemplos de práticas de intervenção (para solucionar ou mitigar tais desigualdades) que já vigoram em níveis municipal, estadual, nacional e internacional. É válido destacar, contudo, a escassez de ações específicas para indígenas e quilombolas, as desigualdades preexistentes em relação às condições de moradia (espaço pequeno, quartos compartilhados, locais não silenciosos, saneamento básico precário ou ausente) e que, dadas as imensas disparidades regionais, há quantidades desproporcionais de iniciativas contemplando Norte e Nordeste, e que todos os pontos aqui mencionados necessitam, portanto, de maior atenção na formulação de políticas públicas. Para além das iniciativas individuais solidárias de moradores, é preciso que o Estado, principal responsável, atue adequadamente.

- Entrega de kits nutricionais e auxílio financeiro para alimentação para alunos afetados pela pandemia;
- Distribuição de alimentos, kits de higiene, livros e outros itens essenciais, por iniciativa de voluntários, aos alunos e suas famílias;
- Entrega de kits de material escolar físico para a rede pública e em unidades prisionais, comunidades quilombolas e indígenas;
- Doações de notebooks e tablets para escolas da rede pública de ensino e presídios;
- Distribuição de internet gratuita banda larga e móvel para alunos da rede pública (da educação básica ao ensino superior);
- Assistências (mais vagas nas moradias, nos serviços de saúde e alimentação) e auxílios (financeiros e/ou de empréstimo de eletrônicos) de inclusão digital para estudantes universitários de baixa renda sem acesso à internet ou aos equipamentos necessários para o ensino remoto, das redes públicas tanto estaduais como federais.

O que saiu na mídia sobre raça, educação, desigualdades e pandemia?

Entre abril e setembro de 2020, cerca de 1.300 documentos de mídia⁵ foram coletados sobre covid-19 e desigualdades raciais. Desses, aproximadamente 10% versavam sobre educação e ensino remoto. Foi

⁵ Como documentos de mídia entendemos: boletins, podcasts, webinários, artigos científicos, matérias de jornais eletrônicos, portais de notícias, revistas, blogs e outros.

possível observar que, com certa frequência, temas relativos à [reabertura das escolas](#) e suas possíveis consequências tiveram grande destaque e ressaltaram, sobretudo, como as assimetrias estruturais podem potencializar os efeitos colaterais de uma retomada precoce das aulas presenciais.

Identificou-se que as desigualdades estruturais e as dificuldades no ensino remoto emergencial foram usadas, pela imprensa, como argumentos tanto para a reabertura das escolas como para a manutenção do isolamento. Adicionalmente, o ensino remoto emergencial sem efetiva transferência de renda e políticas públicas para inclusão também foi percebido como um [novo “jeitinho”](#) de intensificar as desigualdades preexistentes e pôr em prática um antigo plano de sucateamento da educação no país.

Não raro, a mídia ressaltou que alunos de áreas rurais, como comunidades [quilombolas](#) e [indígenas](#), assim como alunos pretos, pardos e indígenas das áreas urbanas, principalmente periféricas, não possuem nem mesmo [lápis e papel para escrever](#), muito menos acesso a [energia elétrica](#), [água potável](#), [esgoto](#), [internet](#), [celular e local silencioso](#) para estudo. Além disso, o [sinal de internet nem sempre chega aos lugares mais remotos](#), e, mesmo em localidades onde há sinal, a instabilidade de conexão prejudica a aprendizagem. Adicionalmente, é deficiente o acesso a [máscaras faciais](#), [álcool em gel](#) e outros equipamentos de proteção individual que, mesmo combinados, ainda não possibilitariam uma retomada segura das atividades letivas presenciais.

Os [papéis sociais e domésticos](#) impostos às mulheres, sobretudo mulheres negras e trabalhadoras, também foram abordados no debate público desde o início da pandemia como potenciais reforçadores das desigualdades estruturais: em um ensino ainda mais precarizado na modalidade remota e de caráter emergencial, mães estudantes precisam lidar com o [cuidado integral com as crianças](#), além de mulheres em geral

precisarem cuidar de [outras pessoas próximas](#) e possuem outras tarefas domésticas que dificultam seus estudos.

Por fim, os demais subtemas que mais se configuraram como objetos de preocupação das mídias encontram-se, abaixo, em uma nuvem de palavras elaborada de acordo com a frequência de cada tópico. Além disso, é preciso reiterar que todas as notícias selecionadas possuíam recortes raciais.



Seleção de conteúdos midiáticos recomendados

Boletins	Anpocs	Boletim Cientistas Sociais no. 72: Ciências Sociais e Coronavírus. Nayara Albrecht (UnB); Diane Portuguesis (PUC-SP).	Jun.2020
Jornais	G1	Coronavírus faz educação a distância esbarrar no desafio do acesso à internet e da inexperiência dos alunos. Marcelo Valadares.	Mar.2020
	Le Monde Diplomatique - Brasil	Enem: não basta adiar, é preciso debater o calendário. Andressa Pellanda; Daniel Cara; Ana Helena Rodrigues.	Mai.2020
	G1	60% dos estados monitoram acesso ao ensino remoto: resultados mostram 'apagão' do ensino público na pandemia.	Jul.2020
	G1	Número de estudantes negros, pardos e indígenas sem atividade escolar durante a pandemia é quase o triplo que de brancos. G1. Viviane Sousa	Set. 2020
Webinários	ABPN	Segurança Alimentar de Cotistas Raciais em tempos de Pandemia.	Mai.2020
	NEV/USP	Educação em tempos de pandemia - Impactos da Desigualdade Social.	Ago.2020

Como citar este informativo

VENTURINI, Anna Carolina; LIMA, Márcia et al. As desigualdades educacionais e a covid-19. *Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19*, AFRO-CEBRAP, n. 3, nov. 2020.



Para rever a colaboração dos pesquisadores do Afro ao debate público sobre desigualdades raciais e racismo, acesse o nosso [site](#).

Referências bibliográficas

BARCELOS, L. C. [Educação e desigualdades raciais no Brasil](#). *Cadernos de Pesquisa*, n. 86, p. 15-24, 25 jul, 2013.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. [Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional](#). *Tempo Social*, v. 31, n. 1, p. 195-233, 17 abr, 2019.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luis Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. [Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010](#). *Radar (Ipea)* n. 46, p. 7-12, ago, 2016.

HASENBALG, C. A.; SILVA, N. DO V. [Raça e oportunidades educacionais no Brasil](#). *Cadernos de Pesquisa*, n. 73, p. 5-12, 5 ago, 1990.

HERINGER, R. [Um Balanço de 10 Anos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil](#). Tomo (UFS), v. 24, p. 17-35, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Notas Técnicas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 120 p. v. 1.7.

LIMA, M.; PRATES, I. "Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente". In: ARRETCHE, M. (Ed.). *Trajetórias Das Desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 163-189.

RIBEIRO, C. A. C.; SCHLEGEL, R. "Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: 1960 a 2010". In: ARRETCHE, M. T. S. (Ed.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

RIBEIRO, S. C. [Universidade pública: autonomia, soberania ou outros bichos](#). Documento de Trabalho NUPES, n. 9, p. 1-6, 1990.

SILVA, Pedro Luis do Nascimento et al. Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 659-669, 2002.

SENKEVICS, A. S.; MELLO, U. M. [O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?](#) *Cadernos de Pesquisa*, v. 49, n. 172, p. 184-208, 2019.



Núcleo de Pesquisa
e Formação em Raça,
Gênero e Justiça Racial



CEBRAP

centro brasileiro de análise e planejamento

Equipe do Projeto

“Desigualdades Raciais e a Covid-19”

Márcia Lima | coordenação
Anna Carolina Venturini
Caio Jardim Sousa
Huri Paz
Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão
Gisele Silva Costa
Jaciane Milanezi
Renata Braga
Thayla Bicalho Bertolozzi

Financiamento



FORDFOUNDATION

Apoio

Fundação
Tide
Setubal



IBIRAPITANGA